



**ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE
URBANA DE MIRACEMA**

AUDIÊNCIA DE LANÇAMENTO DO PLANMOB MIRACEMA

DATA: 05/02/2026 HORÁRIO: 19:00 horas/LOCAL: **Auditório do Câmara Mun. De Vereadores – Av.
Hosana G. Cavalcante, 155 – Setor Santa Filomena**

1 Ao quinto dia do mês fevereiro de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas e quarenta
2 minutos, no auditório da Câmara Municipal de Miracema do Tocantins, teve início a 1ª
3 Audiência Pública do Plano de Mobilidade Urbana de Miracema do Tocantins que teve
4 como pauta a aprovação do Plano de Trabalho e Plano de Comunicação do projeto. A
5 audiência teve abertura com a formação da a tribuna de honra formada pelo Diretor do
6 Campus Palmas, o prof. Ladislau Ribeiro; pelo coordenador geral do projeto o prof.
7 Humberto Xavier; o Sec. Municipal de Habitação Coronel Marcio Bandeira;
8 representando a câmara de vereadores o vereador Antônio Neto; Prefeita Mun. a Sra.
9 Camila Fernandes; e pela vice-prefeita Vânia Passos. Na sequência a Prefeita Mun. de
10 Miracema, a sra. Camila Fernandes, fez uso da palavra agradecendo aos presentes e
11 pontuou que o plano de mobilidade, juntamente com a regularização fundiária a ser
12 realizada, é um marco para a cidade. Reforçou o convite à população a participar das
13 ações do projeto. Na sequência a tribuna de honra foi desfeita e a audiência teve
14 continuidade com a apresentação do projeto pelo prof. Humberto Xavier, que iniciou
15 apresentando o que é um plano de mobilidade urbana e os diversos sistemas que
16 envolvem a mobilidade urbana no cotidiano da população. Na sequência apresentou
17 dispositivos da política nacional de Mobilidade urbana (Lei 12.587/12) que traz
18 instrumentos para que as cidades brasileiras possam melhorar sus condições de
19 mobilidade, apresentando os princípios de segurança, acessibilidade, eficiência na
20 circulação, desenvolvimento sustentável, equidade, eficiência, justa distribuição dos
21 benefícios e ônus, gestão democrática, planejamento integrado. Em momento de fala
22 dos presentes, o popular Marcos reforçou que o transporte público para locais pouco
23 habitados é dependente da demanda. O popular Florisvaldo, na mesma direção,
24 ponderou de forma semelhante que a alocação dos equipamentos comunitários deve
25 ser realizadas em áreas mais habitadas, possibilitando maior acessibilidade e facilidade



**ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE
URBANA DE MIRACEMA**

AUDIÊNCIA DE LANÇAMENTO DO PLANMOB MIRACEMA

DATA: 05/02/2026 HORÁRIO: 19:00 horas/LOCAL: **Auditório do Câmara Mun. De Vereadores – Av.
Hosana G. Cavalcante, 155 – Setor Santa Filomena**

no atendimento da população. Dando sequência à apresentação, foram apresentados os objetivos da política nacional de mobilidade urbana, que se pautam na redução das desigualdades e aumento da inclusão social; promoção nas condições de mobilidade e acessibilidade; A popular Leila, destacou que a inclusão social através do transporte é bem sentida nos projetos sociais em que participa. Rodas de conversas com mulheres e jovens muitos não participam pois não conseguem chegar aos locais de reunião reduzindo a inclusão social da população. Dando sequência à apresentação, apresentou o conteúdo em que o plano de mobilidade deve ter, sendo: serviço de transporte público, sistemas de circulação, infraestrutura de transporte, acessibilidade, integração entre os modos de transporte, áreas de estacionamento, áreas de restrição de circulação de automóveis, fontes de financiamento. Novamente em abertura da fala aos presentes, o popular Marcos destacou o fluxo de veículos pesados na área urbana entre Palmas-Miracema que tem aumentado ao longo dos anos. Segundo o popular, uma das possíveis causas pode ser relacionada ao aumento dos pedágios ao longo da BR-153 e que a cidade tem se tornado apenas um trecho de passagem/atravessamento desse fluxo. O popular pontuou que muitos veículos de carga têm acessado áreas restritas ao tipo de veículo, cabendo limitações no seu acesso. O vereador Antônio Neto, também em momento aberto aos presentes, parabenizou a prefeita municipal pela realização do plano de mobilidade, que, mesmo que não obrigatório para o porte da cidade, reitera o planejamento do futuro da cidade. Dando sequência na apresentação, o prof. Humberto Xavier apresentou as diretrizes do plano bem como seus objetivos específicos e o escopo dos materiais a serem entregues. Em abertura de fala aos presentes, a popular Lêda Galvão, destacou que na rua Alameda, próxima ao hospital, é um desvio dos caminhões vindo de Palmas e que a rua se torna intransitável, pois os caminhões usam tanto as faixas de rolamento quanto as calçadas para transitar, danificando o pavimento e calçadas. O popular Marcelo destacou que muros nas esquinas impedem a visualização



**ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE
URBANA DE MIRACEMA**

AUDIÊNCIA DE LANÇAMENTO DO PLANMOB MIRACEMA

DATA: 05/02/2026 HORÁRIO: 19:00 horas/LOCAL: **Auditório do Câmara Mun. De Vereadores – Av.
Hosana G. Cavalcante, 155 – Setor Santa Filomena**

52 nos cruzamentos. O popular Florisvaldo pontuou que na execução das lixeiras por parte
53 dos populares, sobretudo nos trechos onde o município está executando as calçadas.
54 Foi respondido pelo Sec. Mun. De Infraestrutura Urbana e Habitação, Cel. Márcio, que
55 enfrenta oposição da população na pavimentação das calçadas e lixeiras, onde muitos
56 populares não aceitam a realização dos serviços por plantas ou outras benfeitorias
57 privadas na calçada. Foi destacado pelo arq. Pedro Igor, que as calçadas fazem parte do
58 espaço público, e que os serviços públicos, bem como a sua padronização, podem e
59 devem ser regulamentadas pelo poder público municipal. O popular Marcos questionou
60 sobre como a regularização vai avaliar o custo da edificação para efeitos de arrecadação
61 tributária de obra, como o INSS, por exemplo. O arq. Renato Reis destacou que as ações
62 de regularização fundiária são exclusivamente de regularização das parcelas urbanas e
63 não de obras, não cabendo a regularização da edificação no registro dos proprietários,
64 que deverão fazer a sua averbação em momento posterior seguindo os dispostos
65 municipais de regularização de obras. Os planos foram aprovados por aclamação, sem
66 que contribuições fossem requeridas. A audiência foi encerrada as vinte e uma horas e
67 trinta minutos pela prefeita mun. a sra. Camila Fernandes e a ata foi lavrada pelo
68 arquiteto Renato Reis, membro do Instituto de Atenção às Cidades (IAC/UFT).